



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PARECER

I – HISTÓRICO

Submete-nos à apreciação para parecer os autos de processo administrativo de Dispensa de Licitação nº 002/2018, onde a CPL solicita parecer quanto à possibilidade de dispensa de licitação para locação de imóvel para funcionamento da Escola Municipal de Música.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cumpra observar, como já aduzido noutros pareceres em casos semelhantes, que a dispensa de licitação quando tratar-se de locação de imóvel destinado a atender as finalidades precípuas da Administração é perfeitamente autorizada pela Lei 8.666/93, em seu art. 24, inciso X, como se lê abaixo:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.”

No caso em comento, claramente se verifica a necessidade de atender a relevante atividade cultural neste ente municipal, como aduzido alhures, posto tratar-se de funcionamento de escola de música.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Ademais, conforme apuração confirmada mediante laudo de avaliação o imóvel em questão é ideal para escola de música, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos no dispositivo legal supramencionado, pois as instalações são apropriadas, bem como a localização foram fatores determinantes para a sua escolha, evidenciando o inarredável interesse público.

Presente também está o terceiro requisito exigido pelo dispositivo legal acima transcrito, ou seja, o preço compatível com o praticado no mercado. Segundo informações constantes dos autos do processo em epígrafe, o preço aceito pelo proprietário do imóvel está em consonância com o que é praticado na localidade para imóveis de extensão e localização semelhantes, sendo também compatível com o orçamento disponível.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos encontrar justificativa legal no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, para a dispensa de licitação para locação do imóvel de propriedade do Senhor FRANCISCO WALDIR ARAÚJO CAMPOS, para funcionamento da Escola Municipal de Música.

São os termos do parecer.

Salinópolis, 04 de janeiro de 2018.

ORLANDO BARATA MILEO JUNIOR
ADVOGADO – OAB/PA Nº 7039